



Clipping RNBE

**Julho e Agosto
2011**

01/07/11

<http://primeirainfancia.org.br/2011/07/o-ifan-e-a-rede-nao-bata-eduque-promoveram-em-parceria-com-a-repice-o-vi-encontro-regional-tecendo-parcerias/>

Primeira infância em primeiro lugar

O IFAN e a Rede Não Bata, Eduque! promoveram, em parceria com a REPI/CE o VI Encontro Regional Tecendo Parcerias



O IFAN – Instituto da Infância e a Rede Não Bata, Eduque! promoveram, em parceria com a REPI/CE – Rede da Primeira Infância do Estado do Ceará, o VI Encontro Regional Tecendo Parcerias. O evento, que foi uma ação do IFAN através do “Programa Prevenção da Negligência Infantil no Meio Urbano”, aconteceu durante toda a manhã do dia 21 de junho e reuniu instituições, profissionais da educação e autoridades para discutir a temática de violência contra crianças.



O encontro teve início com as boas-vindas de Luzia Torres Gerosa Laffite, Superintendente do IFAN, que falou da importância daquela ocasião. Em seguida, as representantes da Rede Não Bata, Eduque! – Angélica Goulart e Ana Paula Rodrigues – palestraram sobre a Rede e a importância de ampliar a discussão sobre a influência da erradicação dos castigos físicos e humilhantes contra crianças. Segundo elas, o fortalecimento da campanha nacional permanente, a tramitação e aprovação do projeto de lei 7672/2010, a participação infanto-juvenil e a

divulgação de estratégias positivas de educação são fundamentais para se alcançar os objetivos.

No segundo momento do evento, Ana Paula Fonseca, Secretária de Educação de Redenção, emocionou a todos os presentes ao apresentar as ações da Rede Não Bata, Eduque! no município de Redenção.

O evento prosseguiu com apresentações das instituições presentes, que fizeram considerações sobre a atual situação da infância brasileira e possíveis encaminhamentos para melhorar essa realidade. A troca de experiências e o aparecimento de novas idéias e parceiros foram certamente os resultados positivos colhidos deste momento.

O VI Encontro Regional Tecendo Parcerias chegou ao fim com palavras de agradecimento do IFAN e da Rede Não Bata, Eduque!, que finalizaram o encontro prometendo sistematizar todas as considerações feitas enfatizando a importância de ações conjuntas e do fortalecimento da Rede da Primeira Infância do Estado do Ceará.

Por: Luzia Torres (IFAN)

15/07/11

<http://www.direitoshumanos.gov.br/2011/07/14-jul-2011-sdh-e-unicef-assinam-protocolo-em-defesa-dos-direitos-da-crianca-e-do-adolescente>

Secretaria de Direitos Humanos

15/JUL/2011 - SDH e Unicef assinam protocolo em defesa dos direitos da criança e do adolescente

A Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SNPDCA/SDH/PR) e o Escritório do Fundo das Nações Unidas para a Infância no Brasil (Unicef), assinaram na tarde desta quinta-feira (14), em comemoração ao aniversário do Estatuto da Criança e do Adolescente, protocolo de intenções que estabelece áreas de atuação prioritárias para atuação conjunta. A vigência do documento é até julho de 2014, com previsão de avaliações semestrais do cumprimento das ações propostas.

“Este protocolo é muito importante, porque mostra que SDH e o Unicef seguirão atuando juntos pela promoção e defesa dos direitos humanos. Quando conseguirmos implementar uma cultura do ECA, será possível superar marcas difíceis que ainda fazem parte do dia a dia de crianças e adolescentes no nosso país”, afirmou a ministra Maria do Rosário.

Entre os temas definidos como prioritários pelo protocolo, está a universalização dos direitos da criança e adolescente em regiões como semiárido e Amazônia, em comunidades populares dos centros urbanos e de origem étnico-racial (afro-Brasileiros e indígenas). Também consta do documento ações de promoção dos direitos da criança e do adolescente, com enfoque especial para ações com recorte de gênero, raça, etnia, orientação sexual e pessoas com deficiência.

Para a representante do UNICEF no Brasil, Marie-Pierre Poirier, o protocolo vai fortalecer ainda mais a relação da agência da ONU com a SDH e demais parceiros. “Este documento institucionaliza a parceria do UNICEF no Brasil com a Secretaria de Direitos Humanos, que já vem sendo desenvolvida há anos. O protocolo visa promover, de forma plena, os direitos de cada criança e cada adolescente e se dará pelo fortalecimento das ações conjuntas e com outros parceiros”, disse Poirier.

As ações previstas pelo protocolo terão os seguintes focos:

- Qualificação dos Conselhos Tutelares e reforço dos mecanismos locais de detecção, notificação e denúncia de violações dos direitos de crianças e adolescentes;
- Redução da violência na família com particular atenção para o fortalecimento das competências familiares em relação à proteção integral e educação em direitos humanos de crianças e adolescentes no espaço doméstico e comunitário;
- Fortalecimento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, especialmente do processo de Municipalização de Medidas Sócio Educativas em Meio Aberto;
- Redução da violência letal de adolescentes por força da mobilização de governos e da sociedade em todos os níveis e, particularmente, pactos municipais;
- Promoção do Direito à Identidade de Crianças e Adolescentes, no âmbito do programa nacional de erradicação do sub-registro de nascimento;
- Promoção da igualdade de oportunidades, promoção da cidadania e garantia dos direitos das crianças e adolescentes em situação de maior vulnerabilidade, incluindo aquelas com deficiência, com ênfase nos recursos de acessibilidade.

O documento ainda prevê o fortalecimento da participação social e da articulação com as organizações da sociedade civil, principalmente através do CONANDA, para a formulação de políticas públicas; o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos, antes, durante e após a realização dos grandes eventos desportivos no Brasil - Copa do Mundo 2014 e Olimpíadas 2016; e atuação conjunta nas ações de proteção integral de crianças e adolescentes em contextos de vulnerabilidade ocasionados por obras de infra-estrutura, bem como em situação de desastres naturais.

Assessoria de Comunicação Social

15/07/11

<http://www.criancanoparlamento.org.br/noticias/audi%C3%A2ncia-p%C3%BAblica-realizada-na-c%C3%A2mara-comemora-data>

Audiência Pública realizada na Câmara comemora a data

Enviado por criancanoparlamento, sex, 15/07/2011 - 18:03



A Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e a Frente Parlamentar Mista dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente realizaram nesta quarta-feira (13/07), uma audiência pública para avaliar as conquistas e os desafios do Estatuto da Criança e do Adolescente, no marco dos 21 anos de sua edição. O evento ocorreu no plenário da Câmara Federal.

A audiência foi dividida em duas mesas. Na primeira, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias lançou um serviço para receber denúncias de crimes contra os direitos humanos. A ferramenta, desenvolvida pela organização SaferNet, possibilitará sistematizar queixas, que antes eram recebidas de forma diluída pelo colegiado. Também participaram nesta etapa o delegado do Grupo Especial de Combate aos Crimes de Ódio e à Pornografia Infantil na Internet (Gecop) Marcelo Fernando Borsio e o consultor do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) Benedito dos Santos.

Na segunda mesa, estiveram presentes a ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário; e o coordenador-geral do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Luiz Otávio Daloma.

A vice-presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Miriam dos Santos, se disse emocionada com a data e mesmo com as dificuldades, comemorou. "Poder comemorar essa data diante de tantos desafios é valoroso e importante. Para a gente essa parceria com a Frente Parlamentar dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente só fortalece a busca de melhores políticas públicas. Sabemos das dificuldades, mas também temos boas notícias. Hoje 97% dos municípios têm conselhos tutelares implantados e 91% possuem conselhos de direitos, mas temos conhecimento que infraestrutura ainda está inadequada, disse.

"Talvez o ECA seja como nós humanos alguém que já tenha uma memória uma trajetória e se disponha a fazer do mundo um lugar melhor. A sua origem é a luta do povo brasileiro. Da doutrina de situação irregular hoje nos deparamos com a doutrina plena prevista em lei." E, 21 anos depois, o país que temos é diferente para os brasileiros e é diferente também para crianças e adolescentes. Ao fazer 21 anos considero que temos o que comemorar, contudo temos muito ainda a fazer", afirmou Maria do Rosário.

15/07/11

<http://primeirainfancia.org.br/2011/07/rnpi-rede-nao-bata-eduque-o-forum-comunitario-de-combate-a-violencia-fccv-o-cedecaba-e-o-misterio-publicoba-discutem-a-primeira-infancia/>

Primeira infância em primeiro lugar
BOLETIM INTERNO RNPI, Edição 73, 29/07 »

RNPI; Rede Não Bata, Eduque; Fórum Comunitário de Combate à Violência (FCCV); CEDECA/BA e Ministério Público/BA discutem a Primeira Infância



Vamos levar a infância a sério! É com este objetivo que a Rede Nacional Primeira Infância propõe que se fomente uma série de eventos articulados que possam pensar seriamente a situação da Primeira Infância no país. Para tanto, tivemos um primeiro encontro em Salvador, no dia 26 de julho, com a presença de representantes da Rede Não Bata, Eduque; o Fórum Comunitário de Combate à Violência (FCCV); o CEDECA/BA e o Ministério Público/BA.

O encontro foi bastante produtivo no sentido de promover um pensamento articulado e alinhado no mês de outubro. Nas palavras de Eleonora Ramos a idéia é “trazer para o mês de outubro uma discussão séria sobre a Infância”. Pensamos em promover espaços diferenciados para que criança, família, juventude, profissionais da área, militantes da causa e acadêmicos, possam dialogar sobre a primeira infância tendo em vista três aspectos: o brincar e a criança pequena; violência e primeira infância; atenção integral e integrada.

Outro ponto importante na organização dos eventos é o fortalecimento da visibilidade à Semana Nacional de Prevenção à Violência na Primeira Infância (12 a 18 de outubro) centrando nesta semana as discussões sobre o tema. Para esta semana, além do espaço de debates e mesas redondas com especialistas na área, queremos construir um espaço de discussão para e com jovens: juventude e primeira infância em um contexto de violência. As datas, o formato, as articulações e a forma com que viabilizaremos essas propostas ainda estão sendo tecidas. Como dito acima, ainda estamos no nosso primeiro encontro. O tempo urge que nos organizemos com rapidez, agilidade e competência para dar conta de efetivar as nossas propostas, pois outubro já está chegando.

É importantíssimo, entretanto, que possamos fazer uma articulação em nível nacional. Que a RNPI, a Rede Não Bata Eduque e outras instituições ligadas e preocupadas com a garantia dos direitos na primeira infância possam buscar “engrossar o caldo” e trazer a primeira infância para a pauta, em território nacional. Acreditamos que nós, que estamos em busca de maior qualidade de vida para as crianças pequenas, não podemos deixar o mês de outubro “passar em branco”. Tampouco podemos deixar que o mês da criança seja apenas a época de comprar brinquedos. Vamos nos movimentar! Vamos colocar a “primeira infância em primeiro lugar!” Por: Ana Oliva (Secretaria Executiva RNPI / Avante)

29/08/11

Frente Parlamentar discute nesta terça aplicação de castigos corporais em crianças e adolescentes

A Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, que tem a deputada Teresa Surita (PMDB-RR) como uma das coordenadoras, realiza às 9h desta terça-feira (30), no Plenário 08 da Câmara dos Deputados, audiência pública para discutir a aplicação de castigos corporais em crianças e adolescentes. A ministra de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário, confirmou presença no debate. Na audiência, será instalada a Comissão Temporária para analisar o Projeto de Lei 7.672/2010. O PL acrescenta ao ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), entre outros, o artigo 17-A, que dá às crianças e adolescentes o direito de serem cuidados e educados pelos pais ou responsáveis sem o uso de castigo corporal ou de tratamento cruel ou degradante.

Para discutir o assunto, foram convidados o comissionado e relator da Infância da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Paulo Sérgio Pinheiro; o procurador aposentado do Ministério Público da Bahia e membro da Seção Brasil do Defence for Children International, Wanderlino Nogueira Neto; a coordenadora do Laboratório de Análise e Prevenção da Violência da UFSCar (Universidade Federal de São Carlos), Lucia Williams; a secretária executiva da 'Rede Não Bata, Eduque', Angélica Goulart; e a adolescente Dayane Silva, que representará as crianças e adolescentes brasileiras.

Segundo Teresa, no Brasil, a violência praticada pelos pais ou responsáveis contra crianças e adolescentes é considerada pelo Ministério da Saúde como um problema de saúde pública. Em 2001, o órgão criou a Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidentes e Violências, que orienta como devem ser tratadas e notificadas as ocorrências deste fenômeno. Conforme o Unicef, o país não dispõe de números referentes ao assunto.

"Esta discussão é um passo importante na consolidação dos direitos da criança e do adolescente. O diálogo e o respeito devem ser a base das relações entre pais e filhos. O poder público tem a obrigação de garantir a segurança das crianças e adolescentes. Creio que será um debate rico, de onde tiraremos propostas para este problema", disse Teresa.

30/08/11

<http://www2.camara.gov.br/agencia/noticias/DIREITOS-HUMANOS/201903-INSTALADA-COMISSAO-ESPECIAL-SOBRE-FIM-DOS-CASTIGOS-CORPORAIS-EM-CRIANCAS.html>

17:57

Instalada comissão especial sobre fim dos castigos corporais em crianças

Beto Oliveira



Na audiência, debatedores defenderam a aprovação do projeto do Executivo que proíbe castigos corporais. Comissão especial instalada nesta terça-feira vai analisar projeto que modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabelecendo o direito de crianças e adolescentes serem educados sem o uso de castigos corporais (PL 7672/10). Trinta países contam com legislação semelhante. A comissão conta com 26 integrantes e será presidida pela deputada Erika Kokay (PT-DF), que é também coordenadora da Frente Parlamentar Mista dos Direitos Humanos da

Criança e do Adolescente.

Em audiência pública realizada hoje para discutir o projeto, o embaixador Paulo Sérgio Pinheiro, relator da criança na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), defendeu a aprovação da proposta, já que o Brasil ratificou a Convenção dos Direitos da Criança.

Segundo o representante da seção Brasil do Defense for Children International, Waderlino Nogueira Neto, os brasileiros estão inseridos numa cultura de que a criança não tem autonomia e de que a única forma de educa-la é por meio da violência. Mas ele admite que não há resposta sobre a melhor forma de educar. "O que se pede é que os pais não sejam frouxos nem autoritários", explicou.

Violência

A secretária nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério da Justiça, Carmem de Oliveira, afirmou que o problema do uso da violência no processo educativo é favorecer o aprendizado do comportamento violento. "Essa criança aprende muito cedo que bater resolve, aí ela vai bater no coleguinha, depois, quando adolescente, vai bater no amigo ou naquele que atinge seu carro no trânsito. Ou seja: você perpetua um ciclo de violência", avaliou.

Segundo a deputada Teresa Surita (PMDB-RR), uma das coordenadoras da Frente Parlamentar Mista dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente, o projeto não vai invadir a intimidade familiar. "Ninguém vai interferir na vida familiar ou na autoridade de pai. Tem uma pergunta que considero interessante: você admitiria que alguém batesse no seu filho? E se fosse você mesma, por que você teria esse direito?", questionou.

Bullying

Segundo dados apresentados pela ONG Não Bata, Eduque, 49% dos estudantes estão envolvidos com bullying, como vítimas ou praticantes - 25,5% são vítimas, 20,5% são vítimas e autores, e quase 3% são apenas autores das agressões.

A deputada Erika Kokay informou que espera concluir a análise do projeto até novembro. Se aprovado e não receber recurso para ir a Plenário, segue direto para o Senado.

Reportagem - Luiz Cláudio Canuto/Rádio Câmara

Edição - Maria Clarice Dias

A reprodução das notícias é autorizada desde que contenha a assinatura 'Agência Câmara de Notícias'

30/08/11 – UOL

<http://noticias.uol.com.br/educacao/2011/08/30/cerca-de-70-das-criancas-envolvidas-com-bullying-sofrem-castigo-corporal-mostra-pesquisa.jhtm>

Cerca de 70% das crianças envolvidas com bullying sofrem castigo corporal, mostra pesquisa

Priscilla Mazonetti
Da Agência Brasil
Em Brasília

Cerca de 70% das crianças e adolescentes envolvidos com *bullying* (violência física ou psicológica ocorrida repetidas vezes) nas escolas sofrem algum tipo de castigo corporal em casa. É o que mostra pesquisa feita com 239 alunos de ensino fundamental em São Carlos (SP) e divulgada hoje (30) pela pesquisadora Lúcia Cavalcanti Williams, da Universidade Federal de São Carlos.

Do total de entrevistados, 44% haviam apanhado de cinto da mãe e 20,9% do pai. A pesquisa mostra ainda outros tipos de violência - 24,3% haviam levado, da mãe, tapas no rosto e 13,4%, do pai. "As nossas famílias são extremamente violentas. Depois, a gente se espanta de o Brasil ter índices de violência tão altos", disse a pesquisadora, ao participar de audiência pública na Câmara dos Deputados que debateu projeto de lei que tramita na Casa e que proíbe o uso de castigos corporais ou tratamento cruel e degradante na educação de crianças e adolescentes. Segundo ela, meninos vítimas de violência severa em casa têm oito vezes mais chances de se tornar vítimas ou autores de *bullying*. "O castigo corporal é o método disciplinar mais antigo do

planeta. Mas não torna as crianças obedientes a curto prazo, não promove a cooperação a longo prazo ou a internalização de valores morais, nem reduz a agressão ou o comportamento antissocial”, explicou.

Para a secretária executiva da rede Não Bata, Eduque, Ângela Goulart, a violência está banalizada na sociedade. Ela citou diversas entrevistas feitas pela rede com pais de crianças e adolescentes e, em diversos momentos, frases como “desço a cinta” e “dou umas boas cintadas” aparecem. Em uma das entrevistas, um pai explica que bater no filho antes do banho é uma forma eficiente de “fazer com que ele se comporte”. “Existem pais que cometem a violência sem saber. Acham que certas maneiras de bater, como a palmada, são aceitáveis”, disse.

Atualmente, 30 países em todo o mundo têm leis que proíbem castigos na educação de crianças e adolescentes, entre eles a Suécia e a Alemanha. “A lei é uma forma de o Estado educar os pais”, ressaltou o pesquisador da Universidade de São Paulo Paulo Sérgio Pinheiro. Como forma de diminuir os índices de violência contra crianças e adolescentes em casa, os pesquisadores sugeriram a reforma legal, com a criação de leis que proibam esse tipo de violência, a divulgação de campanhas nacionais, como as que já vêm sendo feitas, e a participação infantil, com crianças sendo encorajadas a falar sobre assuntos que lhes afetem. “A principal reclamação das crianças é que elas não aguentam mais serem espancadas pelos pais”, destacou Pinheiro.

30/08/11

<http://www2.camara.gov.br/tv/materias/CAMARA-HOJE/201909-AUDIENCIA-DEBATE-PROJETO-QUE-PROIBE-CASTIGOS-FISICOS-E-PSICOLOGICOS-EM-CRIANCAS.html>

Audiência debate projeto que proíbe castigos físicos e psicológicos em crianças

30/08/2011 18:16 - duração: 00:03:40

Você concorda que os pais sejam proibidos de aplicar castigos físicos aos filhos? Essa discussão se espalhou em todo o país quando o governo enviou à Câmara o projeto que ficou conhecido como "Lei da Palmada". Nesta terça-feira (30/08), a Frente Parlamentar de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente promoveu audiência pública para debater a proposta com representantes do governo e de entidades ligadas a essa questão. Foi mais uma iniciativa para esclarecer uma das confusões que surgiram em torno do projeto: a ideia de que a lei, se aprovada, pode levar para a cadeia um pai que aplique no filho um castigo leve.

E a Câmara instalou nesta terça-feira (30/08) a comissão especial que vai analisar o projeto que proíbe castigos físicos e psicológicos a crianças e adolescentes. Foi escolhida para presidente da comissão a deputada Erika Kokay (PT-DF) e para relatora, a deputada Tereza Surita (PMDB-RR).

Créditos/Câmara Hoje:

Cida Hipólito - produção

Carmem de Oliveira - Sec. Nac. da Criança e do Adolescente

Paulo Sérgio Pinheiro - Comissão de Direitos Humanos da OEA

Ana Paula Rodrigues - Fundação Xuxa Meneghel

Wanderlino Nogueira Neto - Defence for Children International

Dep. Tereza Surita (PMDB-RR)

Dep. Erika Kokay (PT-DF)

30/08/11 – Portal Aprendiz

<http://portal.aprendiz.uol.com.br/2011/08/30/cerca-de-70-de-criancas-envolvidas-com-bullying-sofrem-castigo-corporal-mostra-pesquisa/>

Cerca de 70% de crianças envolvidas com bullying sofrem castigo corporal, mostra pesquisa

Clipping - 30/08/11

Cerca de 70% das crianças e adolescentes envolvidos com *bullying* (violência física ou psicológica ocorrida repetidas vezes no colégio) nas escolas sofrem algum tipo de castigo corporal em casa. É o que mostra pesquisa feita com 239 alunos de ensino fundamental em São Carlos (SP) e divulgada hoje (30) pela pesquisadora Lúcia Cavalcanti Williams, da Universidade Federal de São Carlos.

Do total de entrevistados, 44% haviam apanhado de cinto da mãe e 20,9% do pai. A pesquisa mostra ainda outros tipos de violência – 24,3% haviam levado, da mãe, tapas no rosto e 13,4%, do pai. “As nossas famílias são extremamente violentas. Depois, a gente se espanta de o Brasil ter índices de violência tão altos”, disse a pesquisadora, ao participar de audiência pública na Câmara dos Deputados que debateu projeto de lei que tramita na Casa e que proíbe o uso de castigos corporais ou tratamento cruel e degradante na educação de crianças e adolescentes. Segundo ela, meninos vítimas de violência severa em casa têm oito vezes mais chances de se tornar vítimas ou autores de *bullying*. “O castigo corporal é o método disciplinar mais antigo do planeta. Mas não torna as crianças obedientes a curto prazo, não promove a cooperação a longo prazo ou a internalização de valores morais, nem reduz a agressão ou o comportamento antissocial”, explicou.

Para a secretária executiva da rede Não Bata, Eduque, Ângela Goulart, a violência está banalizada na sociedade. Ela citou diversas entrevistas feitas pela rede com pais de crianças e adolescentes e, em diversos momentos, frases como “desço a cinta” e “dou umas boas cintadas” aparecem. Em uma das entrevistas, um pai explica que bater no filho antes do banho é uma forma eficiente de “fazer com que ele se comporte”. “Existem pais que cometem a violência sem saber. Acham que certas maneiras de bater, como a palmada, são aceitáveis”, disse.

Atualmente, 30 países em todo o mundo têm leis que proíbem castigos na educação de crianças e adolescentes, entre eles a Suécia e a Alemanha. “A lei é uma forma de o Estado educar os pais”, ressaltou o pesquisador da Universidade de São Paulo Paulo Sérgio Pinheiro. Como forma de diminuir os índices de violência contra crianças e adolescentes em casa, os pesquisadores sugeriram a reforma legal, com a criação de leis que proibam esse tipo de violência, a divulgação de campanhas nacionais, como as que já vêm sendo feitas, e a participação infantil, com crianças sendo encorajadas a falar sobre assuntos que lhes afetem. “A principal reclamação das crianças é que elas não aguentam mais serem espancadas pelos pais”, destacou Pinheiro.
(Agência Brasil)

31/08/11

<http://www.direitoshumanos.gov.br/2011/08/31-ago-2011-camara-instala-comissao-especial-sobre-fim-dos-castigos-corporais-em-criancas>

Secretaria de Direitos Humanos

Página Inicial → 2011 → Agosto → 31/AGO/2011

31/AGO/2011 - Câmara instala comissão especial sobre fim dos castigos corporais em crianças



A Câmara dos Deputados instalou nesta terça-feira (30) uma comissão especial para analisar o projeto de lei que modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabelecendo o direito de crianças e adolescentes serem educados sem o uso de castigos corporais (PL 7672/10). A comissão conta com 25 integrantes e será presidida pela deputada Erika Kokay (PT-DF), que é também coordenadora da Frente Parlamentar Mista dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente.

Durante o lançamento da comissão especial, o embaixador Paulo Sérgio Pinheiro, relator da criança na Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), defendeu a aprovação do projeto e lembrou que o Brasil ratificou a Convenção dos Direitos da Criança, que coíbe o uso de castigos físicos no processo educacional da criança. Atualmente, 30 países contam com legislação semelhante.

Cultura de violência – Presente na audiência, a secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), Carmem de Oliveira, advertiu que um dos principais problemas do uso de castigos físicos no processo educativo é o incentivo à cultura da violência.

“Essa criança aprende muito cedo que bater resolve, aí ela vai bater no coleguinha, depois, quando adolescente, vai bater no amigo ou naquele que atinge seu carro no trânsito. Ou seja: você perpetua um ciclo de violência”, explicou Carmem.

Segundo o representante da seção Brasil do Defense for Children International, Wanderlino Nogueira Neto, os brasileiros estão inseridos numa cultura de que a criança não tem autonomia e de que a única forma de educá-la é por meio da violência. Mas ele admite que não há resposta sobre a melhor forma de educar. “O que se pede é que os pais não sejam frouxos nem autoritários”, explicou.

A comissão especial tem 120 dias para analisar a proposta. Se aprovada e não receber recurso para ir a Plenário, segue direto para o Senado.

Assessoria de Comunicação Social com Agência Câmara